



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006710-65.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários**
Requerente: **CLAUDIA ARANTES ANANIAS**
Requerido: **BANCO SANTANDER S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contraído empréstimo junto ao réu, o qual seria quitado parceladamente.

Alegou ainda que deixou de pagar algumas prestações, mas quando uma quantia foi depositada em sua conta o réu debitou o valor total do empréstimo.

Os documentos apresentados pela autora respaldam satisfatoriamente sua explicação.

O de fl. 03 cristaliza o empréstimo aludido a fl. 01, nas condições lá preconizadas, ao passo que o de fl. 04 representa o débito na conta da autora de valor compatível com o integral do empréstimo.

Já a ré em contestação não negou específica e concretamente esses fatos, além de tampouco manifestar-se sobre os documentos destacados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

O débito imputado pela autora ao réu ficou demonstrado e este em momento algum apresentou justificativa alguma para sua conduta.

Conclui-se, portanto, que ela não possui lastro a sustentá-la, de sorte que haverá de ser reparada.

A restituição do valor de R\$ 1.689,62 é de rigor para recomposição das partes ao status quo ante, possibilitando também que a autora retome a quitação do empréstimo nos termos em que ajustado.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 1.689,62, acrescida de correção monetária, a partir de junho de 2015 (época do débito de fl. 04), e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**